



MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS
ADVOCACIA-GERAL

Processo Administrativo nº 076/2018

Parte: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Impugnação ao Edital de Licitação

Ilma Pregoeira.

A Advocacia Geral do Município, atendendo requerimento desta Secretaria Municipal de Saúde, através do requerimento de fls. 222v, para pronunciar-se acerca da impugnação oferecida por **NILSON MOREIRA CARDOSO -ME** e **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA**, no Edital de Pregão eletrônico nº 021/2018, que seria realizado no dia 14/05/2018, às 13 horas, do tipo menor preço por lote/item, expedido no processo de Licitação cujo objeto é a contratação de empresa para a locação de concentrador de oxigênio para usuários do SUS, vem opinar na forma abaixo.

BREVE RELATÓRIO

a) A empresa NILSON MOREIRA CARDOSO-ME
impugnou:

- a. I) O compromisso firmado na Ata de Registro de Preço nº 139/2017 referente ao pregão presencial nº 054/2017, para fornecer gases medicinais;
- a. II) A cota de até 25% do objeto da contratação para microempresas e empresas de pequeno porte;



MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS
ADVOCACIA-GERAL

a. III) A obrigação de entregar e instalar os equipamentos em até 30 dias e 24 horas para a substituição.

b) A empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA impugna:

b.I) A incorreta caracterização do objeto do edital e a prorrogação da vigência;

b.II) O prazo de vigência da contrato;

b.III) A capacidade do cilindro portátil.

PARECER

Primeiramente, quanto aos itens enumerados a.III, b.I, b.III, esta A. G. M. deixa de se manifestar, vez que não tem competência técnica para analisar a descrição dos objetos a serem licitados, Termo de Referência/Projeto Básico, etc.

Quanto aos itens enumerados: a.I, a.II e b.II.

Item a.I

Alega o Impugnante NILSON MOREIRA CARDOSO-ME que o Município já possui compromisso firmado com a empresa ora Impugnante até a data de 28/12/2018, porquanto se encontra plenamente vigente a ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 139/2017, referente ao PREGÃO PRESENCIAL nº 054/2017, onde a empresa Impugnante, por meio da CLÁUSULA TERCEIRA, se obriga a fornecer gases medicinais com entrega parcelada por 12 (doze) meses. Que realizou uma série de investimentos para suprir as necessidades do ente municipal e que referida cláusula não possui ressalva de rescisão antecipada.

Não assiste razão ao Impugnante porque trata-se de um registro de preço, cuja finalidade é apenas a da



MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

ADVOCACIA-GERAL

Administração Pública aferir as melhores propostas, sem assumir a obrigação de contratar. Assim a Administração não está vinculada ao Registro de Preço, pois como afirmado pela impugnante existe uma expectativa de direito, podendo a qualquer momento fazer uma nova licitação. Quanto ao assunto, afirma Rafael Carvalho Rezende Oliveira, em sua obra *Licitações e Contratos Administrativos Teoria e Prática*, Editora Método, 4ª Ed., fls. 42/43, in verbis:

“O SRP pode ser definido como procedimento administrativo por meio do qual a Administração Pública seleciona as propostas mais vantajosas, mediante concorrência ou pregão, que ficarão registradas perante a autoridade estatal para futuras e eventuais contratações.

É importante ressaltar que o registro de preços não é uma modalidade de licitação, mas, sim, um sistema que visa racionalizar as compras e os serviços a serem contratados pela Administração.

O registro de preço não possui a finalidade de selecionar a melhor proposta para celebração de contrato específico, como ocorre normalmente nas licitações e contratações de objeto unitário.

.....

Ao final do sistema, será formalizada a Ata de Registro de Preços. Trata-se do documento onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas nas futuras contratações. A Ata tem prazo de validade de até um ano e não obriga a Administração a firmar as futuras contratações, sendo lícita a realização de novas licitações ou contratações diretas, na forma da lei, sendo assegurada ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.”

Item a.II

Também alega o Impugnante NILSON MOREIRA CARDOSO-ME que o preâmbulo do EDITAL estabeleceu a cota de até 25% do objeto da contratação para microempresas e empresas de pequeno porte. Que ao analisar o Item 48.506 do edital, verifica-se que apenas 10% do total do objeto licitado foi destinado às ME's ou EPP's. Que passou a ser uma OBRIGAÇÃO e a Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00, bem como deverá estabelecer, em



MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS
ADVOCACIA-GERAL

certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Ocorre que, conforme alegado pelo Impugnante, a reserva para as ME's e EPP's é de até 25% e não de exatamente 25%. Assim, a Administração Pública pode agir dentro da sua discricionariedade e licitar uma fração menor do que a de 25%. Assim, não assiste razão ao Impugnante.

Item b.II

a) Alega o Impugnante WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA que a vigência inicial prevista para o contrato é de até 31/12/2018, com possibilidade de prorrogação por períodos sucessivos, até o limite de 60 meses. Contudo, da análise da quantidade de locações prevista no TERMO DE REFERÊNCIA e na minuta da PROPOSTA DE PREÇOS, percebe-se que foi considerado o quantitativo de locações para todo o período de 60 meses, ao invés do período de até 31/12/2018. Que a Administração não pode utilizar como referência de quantidade de locações e preço, o período de vigência contratual equivalente a 60 meses, mas sim, o período compatível com a vigência do crédito orçamentário, que, conforme previsão do edital, será de até 31/12/2018. Que a discrepância no quantitativo de locações previsto também afeta o estudo econômico-financeiro que as empresas necessitam realizar para composição de seus preços.

Não assiste razão ao Impugante. Como é cediço e evidentemente a empresa que vier a vencer o certame e executar uma prestação adequada com preços vantajosos permanecerá contratada pelo limite legal de sessenta meses. Esse é o entendimento que TODO licitante possui sobre um certame licitatório, não restando dúvida para os licitantes comporem seus preços para este certame. A previsão de sessenta meses está conforme orientação do nosso colendo TCE que já determinou a esta Municipalidade que nas licitações de prestação de serviços continuados adote o limite legal de sessenta meses como parâmetro.

E a vigência contratual é conforme orçamento vigente desde que, reitera-se, caso seja executado



MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS
ADVOCACIA-GERAL

satisfatoriamente e com preços vantajosos, poderá ser prorrogado pelo limite legal de sessenta meses.

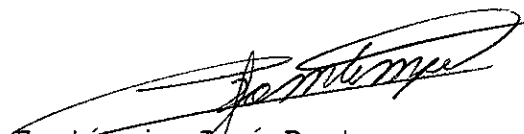
Enfim, neste ponto não há dúvida que mereça a retificação.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina esta AGM pela total improcedência das impugnações nos pontos analisados, Item a.I; Item a.II e Item b.II supra transcritos.

É, S.M.J., o parecer.

Patos de Minas - MG, 16 de maio de 2018.



Eustáquio José Bomtempo
Procurador do Município